



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo				
Título:	Reunião Ordinária N. 14				
Local:	Sala de Reuniões do CNPA - MAPA				
Data da reunião:	21/03/2014	Hora de início:	09:30	Hora de encerramento:	12:00

Pauta da Reunião

- 09h30 às 09h40:** Abertura da Reunião. Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma Óleo, Sr. Eduardo Ieda.
- 09h40 às 09h50:** Apreciação e Aprovação da Ata da 13ª Reunião Ordinária da Câmara.
- 09h50 às 10h30:** Informações sobre o Cadastro Ambiental Rural - Representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA.
- 10h30 às 11h00:** Iniciativa do SENAR/CNA de construção de um Centro de Excelência em Palma de Óleo - Tomé Açu/PA. Sr. Emeleocipio Botelho de Andrade, Representante da CNA.
- 11h00 às 11h20:** Informes.
 - Reunião dos Presidentes de Câmara com o Secretário Executivo.
 - Revisão da Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 23 de fevereiro de 2010 – CSFI (Minor Crops).
 - Seguro para Palma de Óleo.
- 11h20 às 11h55:** Assuntos Gerais.
- 11h55 às 12h00:** Encerramento.

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	Eduardo Ieda	BIOPALMA	PR	
2	OSCAR AFONSO DA SILVA JUNIOR		PR	
3	LEANDRO PIRES BEZERRA DE LIMA	CGAC/SE/MAPA	PR	
4	Amilcar Figueira Lacerda de Almeida	ABIA	PR	
5	Leonardo Botelho Zilio	ABIOVE	PR	
6	Éder da Silva	ABIQUIM	PR	
7	Julio Minelli	APROBIO	PR	
8	José Honorio Accarini	CC/PR	PR	
9	Roberto Yoshitami Yokoyama	DENPASA	PR	
10	Ricardo Borges Gomide	MME	PR	
11	GABRIELA DE FRANCA MENEZES	SPAE/MAPA	PR	
12	Sergio Tadeu Cabral Beltrão	UBRABIO	PR	
13	Maria Cleide Mota Silva	BASA	PR	
14	Mazillene Borges	EMBRAPA	PR	
15	Jonas Ismael	CNA	CO	
16	Daniela Matias	MDA	CO	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

17	Anna Carolina	MDA	CO	
18	Peter Wimmer	MMA	CO	
19	Daniel Barbosa	MMA	CO	
20	Tiago Giuliani	SPA/E/MPA	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
---------------------------	-----

Desenvolvimento

1 - Abertura da Reunião. Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma Óleo, Sr. Eduardo Ieda.

Às nove horas e trinta minutos do dia 21 de março de 2014, na sala do CNPA, Edifício Sede do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) em Brasília/DF, foi aberta a décima quarta Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Palma de Óleo pelo Presidente da Câmara, o Sr. Eduardo Ieda, que saudou a todos e agradeceu a presença, reforçando a importância da Reunião. Na sequência apresentou o Sr. Júlio Brito, Coordenador Geral de Agrotóxicos e Afins, que fez um relato sobre a tramitação da Revisão da Instrução Normativa Conjunta (ANVISA-IBAMA-MAPA) nº 01/2010, que trata sobre *minor crops*. Explicou a tramitação do processo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sua aprovação pela Diretoria Colegiada da Autarquia e o encaminhamento ao MAPA para análise e despacho, com coleta de assinaturas, de modo que se prevê a publicação, no próximo mês, da Norma Revisada. Com isso, aprovada a norma, pode-se incluir novos produtos em grupos de culturas pelo Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA), permitindo a atualização do anexo. Com respeito ao assunto, o Sr. Eduardo Ieda, Presidente da Câmara, falou sobre a importância de a cultura da palma entrar na cadeia do citrus, o que permitirá agregar novos produtos e registrar produtos categorizados como *minor crops*, gerando ganho para a cadeia da palma.

Em seguida, o Sr. Oscar Júnior, Secretário da Câmara, saudou a todos e apresentou um balanço que contempla um relatório de frequência às reuniões da Câmara, além de um resumo dos trabalhos realizados em 2013.

2 - Apreciação e Aprovação da Ata da 13ª Reunião Ordinária da Câmara.

A Ata da Reunião anterior foi aprovada por unanimidade pelo Plenário da Câmara.

3 - Informações sobre o Cadastro Ambiental Rural - Representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA.

O Sr. Peter Wimmer, representante do MMA, saudou a todos os presentes. Iniciou a apresentação conceituando o que é o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. De acordo com ele, essas informações ambientais englobam, dentre outros, Área de Reserva Legal (ARL) e Área de Preservação Permanente (APP).

Em seguida, ele mostrou um histórico do CAR, que surgiu em 1999 em Mato Grosso, com a implantação do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais. Depois, mencionou o Pró-Legal, em Goiás, além de outras iniciativas estaduais no Pará, Rondônia, Acre e outros. De acordo com ele, em 2009, o MMA começou com o Programa Mais Ambiente, que, apesar de ter contado com uma baixa adesão, originou o CAR, que, de acordo com o Sr. Peter Wimmer, foi instituído como Política Nacional pela Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal).

Depois, o Sr. Peter Wimmer aproveitou para informar que foi editado o Decreto nº 7.830/2012, por meio do qual foi criado o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), para permitir integração das



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

informações. De acordo com o Palestrante, os requisitos técnicos do CAR, bem como o início do prazo para inscrição, deverão ser estabelecidos através de Instrução Normativa. Ainda de acordo com o Sr. Peter, a partir do dia 28 de maio de 2017, será obrigatório o CAR para o produtor ter acesso ao crédito agrícola.

Ainda falando sobre o CAR, o Palestrante informou que o procedimento será simplificado e gratuito para agricultura familiar com até 4 módulos fiscais. Além disso, o poder público irá prestar apoio técnico e jurídico para imóveis de assentamentos de Reforma Agrária e Terras Indígenas demarcadas, além de áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território.

Prosseguindo, o Sr. Peter Wimmer falou que as informações (de cunho declaratório) prestadas pelo proprietário, no caso de serem incorretas ou falsas, gerarão consequências penosas ao declarante. Em seguida, ele falou que são obrigatórias as informações sobre: identificação do proprietário/ posseiro, dados do imóvel, geolocalização do imóvel rural (perímetro, áreas de interesse social e utilidade pública, áreas com remanescentes de vegetação nativa, APP e ARL, áreas de uso restrito, áreas consolidadas). Ele também afirmou que estados podem exigir outras informações.

Tratando sobre as vantagens do CAR, ele destacou que, para os produtores, incluem-se, dentre outros, o planejamento do imóvel rural, a possibilidade de comprovar a regularidade ambiental, a segurança jurídica e a manutenção de certificações de mercado.

Depois, ele informou que as inscrições serão realizadas, preferencialmente, nos estados e municípios, os quais podem adotar estratégias diferenciadas.

Tratando sobre as estratégias de implementação do CAR, disse que elas englobam acordos de cooperação técnica com todos os estados, disponibilização de sistema eletrônico de cadastramento para os entes subnacionais, disponibilidade de imagens de satélite de alta resolução com cobertura de todo o País (investimento de cerca de R\$ 30 milhões). Além disso, ele ainda falou que o MMA auxilia os estados na captação de recursos e na capacitação (cerca de 500 pessoas já foram capacitadas). Outro ponto importante é que, de acordo com o Sr. Peter, na estratégia também estão incluídos os acordos de cooperação técnica com órgãos públicos, instituições e entidades parceiras, envolvendo tanto o setor público quanto o privado (entidades do setor rural).

Depois, ele disse que alguns estados continuaram com um sistema próprio de cadastramento, incluindo o próprio Pará, principal produtor de palma de óleo. Devido ao fato de os estados terem que se adequar ao proposto pelo Código Florestal, ele reforçou a importância dos membros procurarem os órgãos estaduais. Ele ainda lembrou que o CAR estadual dispensa o federal.

Quanto ao SICAR, ele disse que as informações são inseridas *offline*, para posterior envio pela internet. Primeiramente, colocam-se os dados do cadastrante, que não precisa ter formação específica, apesar de os estados poderem exigir outros requisitos. Em seguida, inserem-se dados sobre o imóvel, o seu domínio (proprietário, posseiro – neste caso, serão necessários cerca de 20 documentos para comprovar a posse). Em seguida, ele mencionou o módulo de georreferenciamento. Depois, há o módulo de informações adicionais contendo várias perguntas. Após o término, deve ser finalizado e enviado ao SICAR, que emite um recibo, garantindo a manutenção do crédito agrícola, a regularidade ambiental e outros direitos. Esse sistema, segundo o Sr. Peter, revela as possíveis áreas de sobreposição, estimulando o sistema a emitir alerta em caso de territórios de conflito indígena e quilombola. Ele também disse que as imagens de satélite já estão disponíveis.

4 - Iniciativa do SENAR/CNA de construção de um Centro de Excelência em Palma de Óleo - Tomé Açu/PA. Sr Emeleocio Botelho de Andrade, Representante da CNA.

Devido à ausência do palestrante, o Presidente da Câmara informou brevemente que o Projeto envolve 11 centros de excelência implantados no Brasil em 11 estados, sendo que um deles voltado para a Palma e localizado no Pará. De acordo com ele, terão estrutura física e desenvolverão atividades, tais como o treinamento de técnicos, com o intuito de auxiliar a agricultura familiar. Ele também reforçou que a iniciativa é louvável.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

5- Informes.

5.1 - Reunião dos Presidentes de Câmara com o Secretário Executivo.

O Presidente da Câmara falou sobre a reunião, na qual foram debatidos diversos temas, destacando-se o preço mínimo e defensivos agrícolas. Ainda aproveitou para sugerir que sejam realizadas mais reuniões abordando temas específicos.

5.2 - Seguro para Palma de Óleo.

Em seguida, falando sobre a Reunião Conjunta das Câmaras de Crédito e Comercialização e de Seguros do Agronegócio, ocorrida na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em fevereiro, informou que foi relatada a proposta de incluir a palma no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e relatou ainda que a proposta é realizar um plano agrícola com planejamento que vigore a longo prazo.

6 - Assuntos Gerais.

O Sr. Presidente mostrou apresentação, produzida pela Assessoria Parlamentar/ MAPA, contendo um resumo dos projetos de lei que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados e que são de interesse do setor. Relatou sobre Projeto de Lei nº 7.326/2010, que dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil. De acordo com ele, esse Projeto deverá ajudar o setor a atender a disposições do Código Florestal. As alterações, de acordo com ele, estão para ser votadas no Senado.

Mencionou sobre o PL nº 3.600/2004, que permite a redução a zero da alíquota do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) para os óleos vegetais transesterificados destinados à adição ao diesel mineral.

Em seguida, apresentou aos membros o PL nº 3.336/2008, que altera a Lei nº 11.116/2005, com o propósito de incentivar a produção de biocombustível para o consumo do próprio produtor rural e de associados de cooperativas agropecuárias.

Prosseguindo, o Presidente da Câmara citou o PL 1.609/2007, que dispõe sobre a substituição gradativa, em todo o território nacional, de combustíveis derivados de petróleo por outros produzidos a partir da biomassa.

Depois, o Presidente da Câmara mostrou o PL 2.418/2007, que dispõe sobre a substituição de carvão mineral e de combustíveis derivados de petróleo por biodiesel na geração de energia em centrais termelétricas.

Na seqüência, apresentou o PL 5.690/2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. Além desse, também mostrou aos membros o PL 3.029/2011, que dispõe sobre o uso de biodiesel em veículos de passeio e de carga de pequeno porte.

Em seguida, falou sobre o PL 2.117/2011, que dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.

Por fim, o Presidente evidenciou o PL 5.651, que dispõe sobre o percentual obrigatório de adição do biodiesel ao óleo diesel de origem mineral.

Em seguida, a Sra. Mazillene Borges, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), falou sobre o *I Workshop do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil: agricultura familiar, pesquisa, desenvolvimento & inovação*, promovido pela Embrapa e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em seguida informou sobre a aprovação da realização do II Workshop, cujo subtítulo é *agricultura familiar em debate*, evento que será feito sobre a perspectiva da inclusão social. Após debatida pelos membros da Câmara, ficou definido que o evento seria realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2014 em Belém (PA), tendo como público-alvo os agricultores familiares.

Em seguida, a Sra. Mazillene Borges falou que, no primeiro dia, após a abertura feita por representantes da Casa Civil (CC/PR), dos agricultores familiares, do governo estadual, do MDA e da



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Embrapa, haverá palestra sobre o *Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)*; a outra tratará sobre a *Expansão da Palma de Óleo no Mundo: conquistas e desafios sob a perspectiva da inclusão social*. Ainda no mesmo dia, no 1º Painel serão tratados assuntos relacionados às dinâmicas socioambientais e inserção dos agricultores familiares e dos trabalhadores assalariados na expansão da Palma de Óleo no Brasil e no Pará.

Continuando, no segundo dia, de acordo com ela, haverá o segundo painel, que abordará a expansão da palma de óleo segundo a visão das empresas produtoras, dos agricultores familiares e dos assalariados. Ainda na mesma data, ocorrerá o terceiro painel, que debaterá sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação na palma de óleo.

No terceiro dia, segundo a Sra. Mazillene Borges, além de se formar grupos de trabalho, realizar análises e elaborar documento, ocorrerá também uma palestra sobre a apresentação do documento do I Workshop, realizado em fevereiro de 2013. De acordo com ela, o encerramento do evento será feito pela Embrapa e pelo MDA.

Com respeito ao workshop, após debate pelo plenário foi sugerida a realização de reunião da câmara durante o evento, no dia 28 de agosto, sendo sugerido pelo Sr Eduardo Ieda, Presidente da Câmara, visita às unidades produtoras agrícolas e industriais no dia 29 de agosto. Aprovado pelo plenário a proposta, a realização da reunião da câmara depende da disponibilidade de recursos orçamentários para deslocamento de servidores do MAPA.

Além disso, Sr Eduardo Ieda, Presidente da Câmara, defendeu a importância de envolver outras entidades no evento. Por isso, ele propôs que a programação seja enviada por e-mail aos membros, para que possam enviar suas sugestões. Também lançou a idéia de que sejam apresentadas linhas de ação, evidenciando as que andaram desde o I Workshop.

Em seguida, o Sr. Tiago Giuliani, da Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA), sugeriu que as palestras incluam perspectivas dos setores interessados, públicos e privados, em relação à palma.

Depois, o Sr. Julio Minelli, representante da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (APROBIO), sugeriu trazer um especialista da Malásia para falar como funciona o sistema nesse País. Também propôs que os resultados do workshop fossem um item de pauta da câmara. Então, o Sr. Éder da Silva, representante da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), sugeriu que fosse representante do governo desse País. Aproveitando a ocasião, o Presidente da Câmara informou que o País do Sudeste Asiático tem custo de produção mais baixo da palma de óleo que no Brasil.

Depois, o Sr. Roberto Yokoyama, representante do Dendê do Pará S/A (DENPASA), mencionou sobre os desafios de se trabalhar no Pará frente às exigências que o setor enfrenta. Relatou que tais exigências têm levado as empresas a prejuízos econômicos e financeiros.

Com respeito aos assuntos a serem abordados pelo Workshop, o Plenário reforçou a importância do debate técnico, sendo que a reunião da Câmara abordará, entre os temas a serem pautados em reunião, os resultados decorrentes do Seminário.

Encerramento.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente da Câmara encerrou a reunião e agradeceu a todos pela presença. Eu, Samarone Fortunato Marins Arita, lavrei esta Ata.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	
--------	--



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------